CPRT
COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR
TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 7– Número 0377 – 14/10 à 18/10/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos do TST*

Destaque da Semana

Justiça do Trabalho entrega estudo com sugestões de atualização de NRs ao Ministério do Trabalho e Emprego

Tribunal Superior do Trabalho - 15/10/2024

O Grupo de Pesquisa e Extensão "Meio Ambiente do Trabalho" (GPMAT-USP), vinculado à Universidade de São Paulo, concluiu a pesquisa interdisciplinar para propor sugestões de alteração no sistema de Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O estudo faz parte de um convênio firmado entre o Núcleo da Faculdade de Direito da USP, a Justiça do Trabalho, por intermédio do Programa Trabalho Seguro (PTS), e o Ministério Público do Trabalho (MPT).

Na última quarta-feira (9), o então presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Lelio Bentes Corrêa, encaminhou o estudo ao ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. O documento foi entregue à presidencia do TST e do CSJT em agosto pelo coordenador nacional do Programa Trabalho Seguro, ministro Alberto Balazeiro; e pelo coordenador do GPMAT-USP, o juiz do Trabalho e professor Guilherme Guimarães Feliciano.

O estudo teve como foco três normas que necessitam mais urgentemente de atualizações: as NRs 1 (Disposições gerais), 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos) e 17 (Ergonomia).

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

Metroviário não consegue reintegração após desligamento por aposentadoria especial

Tribunal Superior do Trabalho - 18/10/2024

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um oficial de manutenção da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) que pretendia ser mantido no emprego após obter aposentadoria especial. O colegiado seguiu o entendimento do TST de que a concessão desse benefício acarreta a extinção do contrato de trabalho por iniciativa do empregado.

Brigadista que atuava em prevenção de incêndio terá direito a adicional de periculosidade

Tribunal Superior do Trabalho - 18/10/2024

A Floresta S/A Açúcar e Álcool, de Santo Antônio da Barra (GO), foi condenada pela Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho a pagar adicional de risco a um brigadista que atuava na prevenção de incêndios. A empresa alegava que o empregado jamais esteve em condições perigosas, mas, de acordo com a Turma, a lei é clara ao incluir a prevenção de incêndios como atividade típica do bombeiro civil.

Casal de aposentados deverá responder por acidente com diarista que ficou paraplégica

Tribunal Superior do Trabalho - 17/10/2024

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a responsabilidade de um casal de aposentados de Petrópolis (RJ) pelo acidente ocorrido com uma diarista e que a deixou paraplégica. Segundo o relator, ministro Hugo Scheuermann, o acidente poderia ter sido evitado se os patrões tivessem instruído a trabalhadora e observado as normas de segurança do trabalho.

Em composição inédita, Segunda Turma do TST passa a ser conduzida apenas por ministras

Tribunal Superior do Trabalho - 16/10/2024

Pela primeira vez, uma Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) será composta exclusivamente por ministras. As sessões da Segunda Turma agora serão conduzidas pelas magistradas Maria Helena Mallmann (presidente), Delaíde Alves Miranda Arantes e Liana Chaib. Anteriormente, a Turma já havia sido integrada apenas por mulheres, mas uma delas era a desembargadora Margareth Rodrigues Costa, convocada para substituir o ministro Vieira de Mello Filho, atual corregedor-geral da Justiça do Trabalho, durante seu mandato no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

TST começa a julgar validade da declaração de pobreza para fins de gratuidade de justiça

Tribunal Superior do Trabalho - 15/10/2024

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), em sua composição plena, nesta segunda-feira (14), formou maioria no sentido de que a declaração de pobreza assinada pela parte, sob as penas da lei, é válida para comprovar a insuficiência de recursos para ter acesso à Justiça gratuita, desde que não haja prova em contrário. No entanto, diante dos vários posicionamentos quanto aos desdobramentos desse entendimento, a sessão decidiu que concluirá o julgamento com a tese vencedora na sessão do Tribunal Pleno do dia 25/11.

Comissões permanentes do TST têm nova composição

Tribunal Superior do Trabalho - 14/10/2024

O Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho definiu, nesta segunda-feira (14), a nova composição das comissões permanentes do Tribunal e do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho.

Locadora de veículo é condenada por homofobia contra vendedora

Tribunal Superior do Trabalho - 14/10/2024

Por unanimidade, a Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Kaele

Ltda., de Manaus (AM), a indenizar uma vendedora vítima de assédio moral em razão de sua orientação sexual. O colegiado aplicou ao caso o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e fixou a reparação em R$ 30 mil.

Notícias do Executivo

MTE e CBIC discutem parcerias para qualificação e empregabilidade no setor da construção civil

Ministério do Trabalho e Emprego - 18/10/2024

O ministro do Trabalho e Emprego em exercício, Francisco Macena, se reuniu nesta quinta-feira (17) com o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, para discutir as perspectivas de empregabilidade e a oferta de qualificação para trabalhadores do setor da construção civil. Durante o encontro, Macena destacou a crescente demanda da indústria por novas tecnologias e a importância de capacitar a força de trabalho para acompanhar essa evolução.

Instrução Normativa do MTE regulamenta Portaria do Cadastro de Empregadores

Ministério do Trabalho e Emprego - 15/10/2024

Nesta terça-feira (15), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou a Instrução Normativa nº 7 no Diário Oficial da União, que regulamenta o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão e institui o novo Cadastro de Empregadores em Ajustamento de Conduta. O Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão continua a existir nos mesmos moldes em que sempre existiu.

Ministério do Trabalho e Emprego destaca avanços na Cooperação Sul-Sul em painel OIT-Brasil

Ministério do Trabalho e Emprego - 15/10/2024

A chefe da Assessoria de Relações Internacionais, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Maíra Lacerda, participou na tarde de segunda-feira (14) das intervenções iniciais do painel "Cooperação Sul-Sul Trilateral OIT-Brasil: Visão Geral e Novas Tendências". A chefe da Assessoria integrou a mesa composta pela secretária-geral do Ministério das Relações Exteriores (MRE), a embaixadora Maria Laura da Rocha, o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, o diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), embaixador Ruy Carlos Pereira, e Ana Virginia Moreira Gomes, diretora regional do escritório regional da OIT para a América Latina e do Caribe (OIT Américas).

Brasil reforça combate ao trabalho infantil e trabalho proposto com parcerias e novas estratégias de fiscalização

Ministério do Trabalho e Emprego - 15/10/2024

O secretário de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Luiz Felipe Brandão de Mello, participou nesta segunda-feira (14) do painel Combate ao Trabalho Infantil e Trabalho Forçado durante a 11ª Reunião Anual Sul-Sul OIT-Brasil, realizada no Palácio do Itamaraty, em Brasília. Mello dividiu a mesa com o chefe da seção de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, sede da OIT, em Genebra na Suíça, o diretor do Departamento de Proteção Social Especial, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), a coordenadora-feral de Combate ao Trabalho Escravo, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), e Luísa Carvalho Rodrigues, procuradora do Trabalho e coordenadora nacional do Combate ao Trabalho Infantil. Mello destacou os desafios enfrentados pela inspeção do trabalho no mundo e reforçou a importância da cooperação Sul-Sul para enfrentar práticas abusivas no trabalho.

Brasil avança em políticas de cuidado e igualdade salarial com apoio da cooperação Sul-Sul

Ministério do Trabalho e Emprego - 15/10/2024

A subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho, Paula Montagner, e a secretária Nacional de Política de Cuidados e Família, Laís Abramo, participaram na segunda-feira (14) do painel Promoção da Igualdade Salarial e Política de Cuidados , durante a 11ª Reunião Anual Sul-Sul OIT-Brasil, realizado no Palácio do Itamaraty, em Brasília. Paula e Laís discutiram os avanços das políticas brasileiras para promover a igualdade salarial e valorizar o trabalho de cuidado, com destaque para a importân-

cia da cooperação internacional.

"Documento do Youth 20 (Y20) pode ser referência para agenda global de emprego decente no Brasil", afirma Francisco Macena

Ministério do Trabalho e Emprego - 14/10/2024

O grupo de engajamento da Juventude do G20, o Youth 20 (Y20), entregou na tarde desta sexta-feira (11) ao secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Francisco Macena, o comunicado com as principais demandas discutidas na reunião de Cúpula, realizada de 10 a 17 de agosto no Rio de Janeiro. Marcus Barão, presidente do Y20, destacou a incorporação de temas essenciais ao debate da juventude, como inclusão e diversidade, além de inovação e o futuro do trabalho, que se somam às pautas centrais da presidência brasileira no G20, como combate à pobreza, transição energética e desenvolvimento sustentável.

"A cooperação internacional é fundamental para enfrentar os desafios do futuro", diz Francisco Macena

Ministério do Trabalho e Emprego - 14/10/2024

O Ministro do Trabalho e Emprego em exercício, Francisco Macena, junto ao diretor do escritório da OIT no Brasil, Vinicius Pinheiro, e a diretora regional da OIT para a América Latina e Caribe, Ana Virgínia Moreira Gomes, abriram na manhã desta segunda-feira (14) a 11ª Reunião de Cooperação Sul-Sul e Trilateral Brasil-OIT, realizada no Palácio Itamaraty, em Brasília. O evento marcou o início de discussões fundamentais sobre a agenda brasileira de cooperação internacional no mundo do trabalho.

Salário-maternidade pode ser prorrogado em caso de complicações decorrentes do parto

Ministério da Previdência Social - 15/10/2024

As seguradas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) podem solicitar a prorrogação do salário-maternidade em caso de internação hospitalar devido a complicações médicas relacionadas ao parto. Nessa situação, em que mãe (segurada) e/ou filho necessitarem de períodos maiores de recuperação, o benefício será pago durante todo o período de internação, além dos 120 dias pagos já previstos.

Fundacentro promove curso de ergonomia no enfrentamento dos fatores psicossociais do trabalho

Fundacentro - 16/10/2024

A Fundacentro realizará nos dias 23 e 24 de outubro de 2024, o curso sobre ergonomia no enfrentamento dos fatores psicossociais do trabalho, a ser realizado no auditória da instituição, situado à rua Capote Valente, 710 – Pinheiros – São Paulo – SP. Coordenado pelos pesquisadores José Marçal Jackson Filho e Thaís Helena de Carvalho Barreira, o curso tem como objetivo apresentar o ferramental da Ergonomia da Atividade, tanto em seus aspectos conceituais quanto metodológicos, para auxiliar na intervenção sobre os determinantes organizacionais e no enfrentamento dos fatores psicossociais do trabalho (FPT). O curso é destinado a dirigentes sindicais, trabalhadores, cipeiros e profissionais de Segurança e Saúde do Trabalhador, capacitando-os a solicitar e acompanhar intervenções ergonômicas.

Fundacentro comemora 58 anos com debate sobre futuro sustentável da SST

Fundacentro - 15/10/2024

Instituída em 21 de outubro de 1966, pela Lei n° 5.161, a Fundacentro celebra seu 58° aniversário com o evento “Rumo aos 60 anos: em busca de um futuro sustentável em Segurança e Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora”. A atividade ocorre na sede da instituição em São Paulo, com transmissão pelo canal da instituição no YouTube, das 8h30 às 17h30, na data de criação. Para participar presencialmente, inscreva-se pelo formulário até as 7h de 21 de outubro. Haverá emissão de certificado aos presentes e àqueles que participarem ao vivo pelo YouTube, mediante preenchimento de formulário de avaliação e uso de palavra-chave que será divulgada durante a transmissão. Assista ao evento no período da manhã e da tarde.

RADAR
TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

Empresa se Sorocaba (SP) é condenada por descumprir cota de inclusão de pessoas com deficiência

Ministério Público do Trabalho - 18/10/2024

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Sorocaba (SP) obteve a condenação na Justiça do Trabalho da empresa de recrutamento de mão de obra Mega RH – Serviços Empresariais Ltda., pelo descumprimento da cota de contratação de pessoas com deficiência, prevista na Lei nº 8.213/91.

MPT-MS destaca importância da saúde mental no trabalho durante seminário no Bioparque Pantanal

Ministério Público do Trabalho - 17/10/2024

Nesta quinta-feira (17), o Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso do Sul (MPT-MS) participou do Seminário de Saúde Mental e Trabalho, realizado no Centro de Convenções do Bioparque Pantanal, em Campo Grande. O evento, organizado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES) e pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), trouxe especialistas e representantes de diversas instituições para discutir os riscos psicossociais enfrentados pelos trabalhadores e as melhores práticas para promover a saúde mental no ambiente de trabalho.

Sindicato de Cachoeiro do Itapemirim (ES) é condenado por dificultar desfiliação de associados

Ministério Público do Trabalho - 17/10/2024

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cachoeiro de Itapemirim (Sindimunicipal) foi condenado pela 2ª Vara do Trabalho de Cachoeiro de Itapemirim/ES a não criar obstáculos à desfiliação de seus associados. A decisão foi proferida em Ação Civil Pública (ACP) do Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo (MPT-ES) a partir de notícia de que o sindicato só permitia desfiliação nos meses de julho e dezembro, em desacordo ao direito de livre associação previsto na Constituição Federal.

MPT participa de debate sobre futuro do Programa de Cooperação Sul-Sul Brasil-OIT

Ministério Público do Trabalho - 15/10/2024

Os resultados dos 15 anos de parceria e as novas perspectivas de cooperação e o futuro do Programa de Cooperação Sul-Sul (CSS) envolvendo o Brasil e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) foram temas debatidos na XI Reunião de Cooperação Sul-Sul e Trilateral Brasil-OIT. Promovida pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pela OIT, a reunião foi realizada em 14 de outubro, no Palácio Itamaraty e contou com diversos especialistas nacionais e internacionais.

Reunião discute parcerias em projetos de inclusão e geração de emprego e renda na Paraíba

Ministério Público do Trabalho - 15/10/2024

O procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB), Rogério Sitônio Wanderley se reuniu, na manhã desta segunda-feira (14), com o governador do Estado, João Azevêdo, para discutir parcerias em projetos de inclusão social e geração de emprego e renda. A reunião aconteceu na Granja Santana, em João Pessoa, com a presença da vice-procuradora-chefe do MPT-PB, Dannielle Lucena e do procurador do Trabalho Raulino Maracajá.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

40° ENAFIT: Em entrevista ao SINAIT, Fernando Akio Mariya fala sobre neurodiversidade e saúde mental no ambiente de trabalho, desafios e perspectivas

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 15/10/2023

A inclusão de pessoas neurodivergentes no mercado de trabalho é um dos temas inéditos do 40° Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (ENAFIT), que ocorrerá em Maceió, Alagoas, entre os dias 17 e 20 de novembro. O assunto será abordado em uma mesa de debate, na tarde de segunda-feira, 18 de novembro, que contará com a participação de vários especialistas no tema. O médico Fernando Akio Mariya, especialista em Medicina do Trabalho pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT), será um dos palestrantes.

Outras Notícias

Justa causa de PcD não é anulável por falta de contratação de substituto

Consultor Jurídico - 19/10/2024

A juíza Letícia Stein Vieira, da 1ª Vara do Trabalho de Itaquaquecetuba (SP), rejeitou o pedido de nulidade da demissão por justa causa de um auxiliar administrativo, que é pessoa com deficiência (PcD), em razão de a empresa não ter contratado outro profissional nas mesmas condições para ocupar a vaga. Segundo a julgadora, a nulidade somente poderia ser reconhecida em caso de dispensa imotivada.

Ação judicial como ferramenta de investigação: prática a ser combatida

Consultor Jurídico - 18/10/2024

A prática de fishing judicial, caracterizada por investigações sem base concreta em ações trabalhistas e coletivas, gera preocupações crescentes para as empresas. Alegações infundadas e reivindicações de adicionais sem dados específicos colocam o empregador em posição de constante defesa. O abuso do processo como ferramenta investigativa eleva os custos e sobrecarrega o Judiciário com litígios vazios e injustificados.

TRT-15 condena Petrobras em R$ 30 mil por prática de atos antissindicais

Consultor Jurídico - 18/10/2024

A 9ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de SP) negou recurso ajuizado pela Petrobras, em processo em que a empresa foi condenada a pagar R$ 30 mil por dano moral coletivo em virtude da prática de atos antissindicais. Pela ACP, a empresa foi acusada de praticar, por meio de um de seus gerentes, “atos

antissindicais não apenas em face da entidade, mas também diretamente às pessoas físicas de seus dirigentes".

Negociação coletiva e o Tema 1.046 do STF

Consultor Juridico - 18/10/2024

Em sua fundamentação, o STF disse que a Constituição de 1988 vedou a interferência do Estado na ordem sindical (artigo 8/I), a qual assegurou aos sindicatos a defesa da categoria e a participação obrigatória na negociação coletiva, prestigiando a negociação coletiva, pelo que, não cabe negar a autonomia coletiva sobre condições de trabalho e promover anulações seletivas daquilo que foi acordado entre patrões e empregados.

Duas décadas após EC 45, competência da Justiça do Trabalho diminuiu, dizem juízes

Consultor Jurídico - 17/10/2024

Embora a Emenda Constitucional 45/2004 tenha prometido a ampliação da Justiça do Trabalho, passados 20 anos desde a alteração o que se vê é a diminuição da competência dos juízes trabalhistas. Essa conclusão é dos especialistas que discutiram o tema nesta quinta-feira (17/10), em seminário organizado pela Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) sobre os 20 anos da EC 45, em Brasília.

Novas regras e diretrizes para o Programa de Alimentação do Trabalhador

Consultor Jurídico - 17/10/2024

Hodiernamente, os cuidados com a saúde dos trabalhadores estão na pauta das grandes maiores preocupações para o Direito do Trabalho, de sorte que o cuidado com a alimentação se revela ainda mais indispensável. Neste atual contexto, recentemente o Ministério do Trabalho e Emprego atualizou as regras concernentes ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

Supremo vai decidir se atividade de risco permite relativizar as cotas de PcD e jovem aprendiz

Consultor Jurídico - 16/10/2024

A forma de calcular as cotas para pessoas com deficiência (PcD) e jovens aprendizes está criando uma distorção para as empresas de transporte de valores: elas ficam sujeitas a multas por não cumprirem as cotas, mas não têm mão de obra disponível para preencher essas vagas. Esse dilema está no cerne de duas ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas no Supremo Tribunal Federal para avaliar se o fato de essas empresas praticarem atividade de risco rigidamente regulamentada permite relativizar as cotas exigidas pela legislação trabalhista.

Etarismo no trabalho: tendências legislativas no Brasil e no mundo

Consultor Jurídico - 16/10/2024

O etarismo afeta milhões de trabalhadores no mundo todo. No Brasil, uma pesquisa recente do Grupo Croma revelou que 86% dos profissionais acima dos 60 anos alegam já ter enfrentado algum preconceito desse tipo no mercado de trabalho, independentemente de suas habilidades e experiências. Em um contexto global de valorização das práticas de diversidade, equidade e inclusão, combater o etarismo se tornou um desafio fundamental para as empresas e para a sociedade.

TST forma maioria para que declaração de pobreza dê acesso à Justiça gratuita

Consultor Jurídico - 15/10/2024

O Tribunal Superior do Trabalho, em sua composição plena, formou maioria nesta segunda-feira (14/10) para considerar que a declaração de pobreza assinada pela parte, sob as penas da lei, é válida para comprovar a insuficiência de recursos para ter acesso à Justiça gratuita, desde que não haja prova em contrário.

Acordo extrajudicial homologado pela Justiça do Trabalho: Resolução 586/2024 do CNJ

Consultor Jurídico - 15/10/2024

A Resolução 586, de 30 de setembro de 2024, do Conselho Nacional de Justiça dispõe sobre métodos consensuais de solução de disputas na Justiça do Trabalho. O Conselho Nacional de Justiça é órgão do Poder Judiciário (artigo 92, inciso I-A, da Constituição Federal de 1988, incluído pela Emenda Constitucional 45/2004). Compõe-se de 15 membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução, na forma do artigo 103-B da Constituição da República.

Impactos da Lei 14.905/2024 na correção de débitos trabalhistas

Consultor Jurídico - 15/10/2024

A recente Lei nº 14.905/2024 trouxe mudanças significativas na correção monetária e nos juros aplicáveis aos débitos civis, o que também impacta diretamente o cenário trabalhista. Embora a legislação tenha sido criada inicialmente para as relações civis, sua repercussão sobre os débitos trabalhistas é inegável, principalmente devido à ausência de normas específicas que regulem esses débitos no âmbito laboral.

Parentesco com empregadora não gera responsabilidade solidária, diz TST

Consultor Jurídico - 15/10/2024

A simples constatação de parentesco com a empregadora não leva à responsabilidade solidária por créditos trabalhistas, de acordo com o entendimento da 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho. O caso concreto envolve um contrato feito entre uma mulher e uma cuidadora de idosos. A corte de segunda instância entendeu que, após o não pagamento de crédito trabalhista por parte da empregadora, a responsabilidade solidária na demanda trabalhista recairia sobre seu irmão.

STF valida prazo de carência de seguro-desemprego e pensão por morte

Migalhas - 19/10/2024

No plenário virtual, os ministros do STF validaram dispositivos de leis federais que restringiram os critérios para concessão da pensão por morte e ampliaram prazos de carência para recebimento do seguro-desemprego, seguro-defeso e seguro-desemprego. A maioria entendeu que as modificações legais não violam o princípio da proibição do retrocesso social ou a isonomia, e seguem o equilíbrio financeiro e atuarial exigido pela CF.

TRT-2: Empregado com perda funcional por controlar carretas será indenizado

Migalhas - 18/10/2024

A 17ª turma do TRT da 2ª região manteve sentença que reconheceu a natureza ocupacional da doença de um trabalhador de empresa portuária, que resultou em se-

quelas permanentes. Com isso, foram confirmadas a pensão mensal de 50% do último salário do trabalhador e indenização por danos morais em R$ 20 mil.

Partido pede no STF revisão retroativa do FGTS para trabalhadores

Migalhas - 18/10/2024

O SD - Solidariedade apresentou recurso ao STF em relação à decisão proferida pela Corte, em junho deste ano, que determinou que a correção das contas vinculadas ao FGTS seja feita com base no IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, assegurando a preservação do valor econômico do fundo diante da inflação. A decisão limitou os efeitos dessa correção apenas para o futuro, sem a recomposição das perdas passadas, o que gerou insatisfação entre os trabalhadores e motivou o recurso do Solidariedade

Trabalhadora que ocultou gravidez não será indenizada por estabilidade

Migalhas - 17/10/2024

4ª turma do TRT da 3ª região negou pedido de indenização por estabilidade provisória a trabalhadora que omitiu gravidez durante período laboral. Colegiado entendeu que houve abuso de direito por parte da trabalhadora. Ajudante de produção em uma agroindústria engravidou durante o contrato de experiência, sem comunicar a empregadora. O contrato foi encerrado antecipadamente em 23/6/2023, e, cerca de nove meses depois, a trabalhadora ajuizou uma ação trabalhista pedindo indenização pela estabilidade provisória da gestante.

Moraes afasta vínculo de emprego e valida pejotização de analista de TI

Migalhas - 17/10/2024

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, julgou procedente reclamação constitucional movida por empresa contra decisão do TRT da 2ª região, que havia reconhecido vínculo empregatício em um contrato de prestação de serviços autônomos. A decisão cassou o acórdão do TRT-2 com base em precedentes que legitimam a terceirização e a pejotização, desde que ausentes os elementos que configuram relação de emprego, como subordinação.

TRT-9 mantém justa causa de grávida que adulterou dias em atestado

Migalhas - 16/10/2024

TRT da 9ª região manteve justa causa e rejeitou o pedido de estabilidade de funcionária grávida que adulterou atestado médico, ampliando o afastamento de um para dez dias. 3ª turma considerou que proteção à gestante não se aplica em casos de falta grave, conforme legislação brasileira.

TRT-15 mantém justa causa de gerente que discriminava empregadas mulheres

Migalhas - 15/10/2024

A 11ª câmara do TRT da 15ª região manteve a justa causa aplicada a um gerente da Raia Drogasil por discriminar funcionárias mulheres. Colegiado considerou válida a sindicância interna da empresa, comprovando que a justa causa foi adequadamente demonstrada. A decisão reformou a sentença da vara do Trabalho de Garça/SP, que havia revertido a demissão e condenado a empresa ao pagamento de verbas rescisórias como se fosse uma dispensa sem justa causa.

"Machuda": Locadora é condenada em R$ 30 mil por homofobia contra vendedora

Migalhas - 14/10/2024

Em decisão unânime, a 6ª turma do TST condenou uma locadora de veículo de Manaus/AM, a indenizar uma vendedora que foi vítima de assédio moral em razão de sua orientação sexual. O colegiado, utilizando o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do CNJ, determinou o pagamento de R$ 30 mil como forma de reparação.

TRT-12 anula citação enviada a empresa por WhatsApp com chat automático

Migalhas - 14/10/2024

O ícone de leitura de mensagem no WhatsApp, quando utilizado por um número destinado a vendas com repostas automáticas, não comprova que a citação judicial foi recebida e compreendida corretamente. Esse entendimento foi firmado pela 3ª turma do TRT da 12ª região, em decisão que anulou a condenação de uma empresa

que não compareceu à audiência inicial, já que o meio escolhido pelo oficial de justiça foi considerado inadequado.

Brasil e OIT selam novo acordo para promover os direitos trabalhistas e o trabalho decente

Organização Internacional do Trabalho - 15/10/2024

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) assinaram nessa segunda-feira (14/10) o projeto de Cooperação Sul-Sul "Trabalho Decente e Justiça Social", com o propósito promover o trabalho decente, a justiça social, o diálogo social e os direitos trabalhistas nos países em desenvolvimento do Sul Global.

Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livre do Trabalho Infantil comemora 10 anos de luta contra o trabalho infantil

Organização Internacional do Trabalho - 15/10/2024

A Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livre do Trabalho Infantil comemora seu décimo aniversário hoje, 15 de outubro de 2024, em Brasília, Brasil, destacando uma década de progressos significativos, bem como os desafios a serem enfrentados, na erradicação do trabalho infantil. Desde a sua criação em 2014, 31 países, organizações de empregadores e de trabalhadores, e a OIT uniram forças para erradicar o trabalho infantil, com a contribuição e o apoio de parceiros estratégicos e de mecanismos como a Cooperação Sul-Sul e Triangular.

A importância do Médico do Trabalho nas obras

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 18/10/2024

No dia 4 de outubro, quando se comemora o Dia do Médico do Trabalho, é preciso reconhecer a importância deste profissional para a saúde e segurança dos trabalhadores nas obras. Embora sua presença nem sempre seja visível, sua ausência traz consequências para a operação das empresas e para o bem-estar dos colaboradores.

CBIC e Ministério do Trabalho discutem empregabilidade e qualificação dos trabalhadores da construção

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 17/10/2024

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, foi recebido pelo ministro interino do Ministério do Trabalho e Emprego, Francisco Macena, nesta quinta-feira (17), na sede do órgão em Brasília, para discutir o futuro da mão de obra do setor. Na pauta, as perspectivas de empregabilidade nos diversos segmentos da construção civil e de melhor qualificação dos trabalhadores.

Comissão de Finanças e Tributação aprova PL que promove equidade de gênero no mercado de trabalho

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 17/10/2024

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (16), o parecer da deputada Laura Carneiro (PSD/RJ) sobre o Projeto de Lei nº 2315/2023, que trata da promoção da equidade de gênero no ambiente de trabalho. O relatório concluiu que a matéria não implica aumento ou diminuição da receita ou despesa pública, dispensando análise de adequação financeira e orçamentária. No mérito, o projeto foi aprovado, juntamente com emendas das comissões de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) e de Trabalho (CTRAB).

Cuidar da saúde mental requer autoconhecimento

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 17/10/2024

Refletir sobre como você está emocionalmente, avaliar se você está bem consigo e com os demais ao lidar com os desafios da vida contemporânea, e procurar ajuda profissional se necessário – estas são as recomendações da psicóloga Karina Costa, do Seconci-SP, por ocasião do Dia Mundial da Saúde Mental (10 de outubro).

Seconci-SP: mamografia é fundamental para prevenir câncer de mama

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 14/10/2024

Pacientes com câncer de mama podem ter uma sobrevida em 95% dos casos, quan-

do a doença é detectada em seu início. Daí a importância da prevenção, principalmente por meio de mamografia. O alerta é da dra. Nathalia Rodrigues Bettini, mastologista do Seconci-SP (Serviço Social da Construção), por ocasião da campanha Outubro Rosa, de conscientização sobre a doença e de estímulo à realização deste exame.

Atos Normativos

PORTARIA DPMF/SRGPS/MPS Nº 3.260, DE 11 DE OUTUBRO DE 2024 (DOU de 14/10/2024, Seção I Pág. 102) - Divulga as unidades de atendimento em que foram ofertadas perícias médicas por telemedicina, autorizadas pela Lei n.º 14.724, de 14 de novembro de 2024;

INSTRUÇÃO NORMATIVA GM/MTE Nº 7, DE 14 DE OUTUBRO DE 2024 (DOU de 15/10/2024, Seção I Pág. 106) - Disciplina os procedimentos de que trata a Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR nº 18, de 13 de setembro de 2024, que dispõe sobre o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão;

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.229, DE 15 DE OUTUBRO DE 2024 (DOU de 16/10/2024, Seção I Pág. 84) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 6 de dezembro de 2022, para estabelecer o formato alfanumérico para o número identificador do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

PORTARIA SRTE-TO/MTE Nº 1.749, DE 16 DE OUTUBRO DE 2024 (DOU de 17/10/2024, Seção I Pág. 107) - Convoca a Conferência Intermunicipal de Economia Popular e Solidária, Região do Cantão, que terão como tema: “Economia Popular e Solidária Como Política Pública: Construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo do e da cooperação”;

LEI Nº 15.006, DE 17 DE OUTUBRO DE 2024 (DOU de 18/10/2024 Seção I Pág. 01) - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para criar a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Motociclistas e instituir o Dia Nacional do Motociclista.

Dados estatísticos do TST

Os 10 (dez) itens no Ranking de Assuntos mais Recorrentes na Justiça do Trabalho até agosto de 2024 (quantidade de processos):

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelon

Vice-Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula